

Conselho Político vai examinar hoje o próximo "pacote"

AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Político do governo analisa, hoje, a versão final do "pacote" que deverá se constituir no programa econômico do governo Sarney e que tem como um dos pontos mais polêmicos a reforma tributária. A reforma necessariamente depende da aprovação do Congresso Nacional, que encerra seus trabalhos no próximo dia 5, para que possa entrar em vigor em janeiro.

O "pacote", que também será a premissa de uma carta de intenções do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos bancos credores, certamente foi apresentado, ontem, ao secretário do Tesouro norte-americano, James Backer, autor do Plano Backer, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que retorna hoje ao Brasil.

Até quinta-feira, o "conjunto de medidas harmônicas" — segundo denominação de Funaro — deverá ser anunciado pelo presidente Sarney, juntamente com o envio ao Congresso do projeto necessário à reforma tributária. As demais medidas poderão ser tomadas por decreto ou atos administrativos das autoridades econômicas.

O porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, informou, ontem, que ainda não está definido o que será desmembrado do pacote para ser aprovado por decreto ou atos administrativos. Lembrou, no entanto, que o governo espera que pelo menos a parte fiscal seja aprovada até 5 de dezembro. O anúncio do "pacote", segundo fonte do Palácio, será feito em duas etapas: a primeira pelo presidente Sarney, expondo suas linhas gerais e,

principalmente, o seu alcance social; a segunda, por conta de Dílson Funaro, a quem caberá expor os detalhes técnicos e as penalizações para o contribuinte.

A mesma fonte disse que o governo se encontra diante de um dilema para amarrar o "pacote": como executar seus programas em 1986 com a redução do imposto recolhido do trabalhador, já que pretende aliviar a carga tributária das categorias de baixos salários? As fontes informaram que Funaro teria encontrado uma fórmula capaz de compatibilizar o interesse do governo com a realidade orçamentária do País, mas antes o presidente quer discuti-la com o seu Conselho Político.

PROTESTO

Em documento intitulado "Carta do Recife", a Confederação das Associações Comerciais do Brasil conclama o Congresso Nacional a rechaçar o pacote fiscal já anunciado pelo governo e a estabelecer "mecanismos efetivos de controle dos gastos públicos". O documento rebate também o argumento de que os aumentos de impostos vão atingir apenas grandes empresas e altos salários, "porque os seus efeitos se propagam por toda a economia".

"O Congresso Nacional" — diz a carta — "como representante de todos os cidadãos, que serão, inevitavelmente, as grandes vítimas dos aumentos de impostos, terá a responsabilidade de rechaçar qualquer majoração de tributos e estabelecer mecanismos efetivos de controle dos gastos públicos". Isto para "impedir que o governo possa continuar realizando gastos não autorizados pela sociedade".